



OFÍCIO N. 073/2017

Echaporã/SP, 28 de abril de 2017.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE:

Com nossos cordiais cumprimentos, servimos do presente, mui respeitosamente, encaminhar a esta conceituada Casa de Leis, o **PROJETO DE LEI Nº 017/2017** que **ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, para análise e votação, tendo em vista a urgência para atendimento as necessidades do nosso município.

Sem mais para o momento e certos de contarmos com vossa preciosa colaboração, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

LUIS GUSTAVO EVANGELISTA
Prefeito Municipal

A VOSSA EXCELÊNCIA, O SENHOR.
MARCELO AUGUSTO PAGLIONE
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA.
ECHAPORÃ/SP

Camara Municipal Echaporã 28/04/2017 15:35



PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 017/2017

ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS GUSTAVO EVANGELISTA, Prefeito Municipal de Echaporã, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal de Echaporã aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1.º - Nos termos da Constituição Federal, artigo 165, § 2.º, Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município.

ART. 2.º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

- I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II - implantar programa de gestão dos recursos da educação garantindo melhoria da qualidade dos serviços da rede municipal de educação básica;
- III - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
- IV - reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;
- V - assistência à criança e ao adolescente, ao idoso e às pessoas com deficiência;



- VI - melhoria da infraestrutura urbana; e
- VII - garantia de acesso aos serviços de saúde a todo cidadão através de um atendimento mais eficiente com respeito e qualidade.

CAPÍTULO II

METAS E PRIORIDADES

ART. 3.º - Para efeitos do disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018 serão as estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os programas e ações destinados a atender às prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018 serão detalhados no Plano Plurianual relativo ao período de 2018 a 2021 em anexos próprios.

CAPÍTULO III

DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS

- ART. 4.º** - As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2018 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:
- I - Tabela 1 - Metas Anuais;
 - II - Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
 - III - Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
 - IV - Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
 - V - Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
 - VI - Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias e Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
 - VII - Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
 - VIII - Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.



Parágrafo único. As tabelas de que tratam os incisos I e III deste artigo, serão expressas em valores correntes e constantes, sendo que no caso de mudanças no cenário macroeconômico ou ainda mudanças relevantes decorrentes de convênios assinados, seus valores poderão ser alterados através da edição de Projeto de Lei ou Decreto do Executivo.

ART. 5.º - Integra esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

CAPÍTULO IV

DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018

ART. 6.º - Atendidas as metas prioritizadas para o exercício de 2018, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

ART. 7.º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos, se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas ainda as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Entende-se por adequadamente atendidos, os projetos cuja execução física esteja em conformidade com o cronograma físico-financeiro pactuados em vigência.

ART. 8.º - Para fins do disposto no artigo 16, § 3.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nos processos de despesas de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos processos de despesas de execução de obras públicas ou serviços de engenharia.

ART. 9.º - Em atendimento ao disposto no artigo 4.º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, os custos dos programas finalísticos financiados pelo orçamento municipal deverão ser apurados mediante liquidação da despesa.

§ 1.º - As despesas serão apropriadas de acordo com a efetiva destinação dos gastos, baseados em critérios de rateio de custos dos programas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

- § 2.º - A avaliação dos resultados far-se-á a partir da apuração dos custos e das informações físicas referentes às metas fiscais estabelecidas na LDO.
- § 3.º - Para os efeitos deste artigo, considera-se programa finalístico aquele cujo objetivo estratégico é o de proporcionar a incorporação de um bem ou serviço para atendimento direto das demandas da sociedade.
- ART. 10** - Quando da execução de programas de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizadas em lei municipal e seja termos de parceria nas modalidades fomento ou colaboração, ou ainda outros ajustes ou congêneres na forma definida pela legislação vigente, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.
- ART. 11** - As transferências financeiras entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõem a Lei Orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras, leis específicas ou regras determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, não se aplicando o disposto no artigo anterior.
- ART. 12** - Na forma do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, o Executivo estabelecerá, até 30 dias após a publicação do orçamento, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.
- § 1.º - Também integrarão a programação financeira e o cronograma de desembolso:
- I - transferências financeiras a conceder para outras entidades integrantes do orçamento municipal, inclusive ao regime próprio de previdência;
 - II - eventual estoque de restos a pagar de exercícios anteriores; e
 - III - saldo financeiro do exercício anterior.
- § 2.º - O cronograma de que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias e de caráter continuado do Município em relação às despesas de caráter discricionárias e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.
- § 3.º - As transferências financeiras ao Poder Legislativo serão realizadas de acordo com o cronograma anual de desembolso



mensal, respeitando o limite máximo estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

- ART. 13** - A reserva de contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, excluindo conforme o caso a entidade de Previdência municipal, equivalerá a no máximo 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2018, e será destinada a:
- I - cobertura de créditos adicionais; e
 - II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- ART. 14** - Na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá e publicará metas bimestrais para a realização das receitas estimadas, inclusive as receitas próprias dos órgãos da Administração Indireta.
- § 1.º - Na hipótese de ser constatado ao final de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção das metas de resultados nominal e primário, os Chefes dos Poderes Executivo e o Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.
- § 2.º - Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, deverão ser adotados critérios que produzam o menor impacto possível nos programas e ações de caráter finalístico da administração, especialmente nas áreas voltadas à educação, saúde e assistência social.
- § 3.º - Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas vinculadas a finalidades específicas, bem como aquelas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais e folha de pagamento de servidores municipais.
- § 4.º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
- ART. 15** - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajustes ou congêneres e haja recursos orçamentários e financeiros disponíveis.



- ART. 16** - Nos termos do § 8.º do artigo 165 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo, no transcorrer da execução orçamentária, autorizado a abrir créditos adicionais até o limite de **17% (Dezessete por Cento)** do orçamento geral do município para o exercício de 2018.
- ART. 17** - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 167, inciso VI da Constituição Federal, a realizar na execução orçamentária anual, até o limite de **15% (Quinze por cento)** da despesa inicialmente fixada, transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.
- ART. 18** - O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de forma consolidada, em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o artigo 165, §§ 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, da Constituição Federal, com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e atualizações posteriores.
- § 1.º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:
- I - o orçamento fiscal; e
 - II - o orçamento da seguridade social.
- § 2.º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupos de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesa e fontes de recursos.
- ART. 19** - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2018 e a remeterá ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do Projeto de Lei Orçamentária àquele Poder.
- Parágrafo único.** O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo determinado no "caput" deste artigo, sua proposta orçamentária consolidada, os estudos e estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, na forma prevista no artigo 12, § 3.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL



- ART. 20** - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1.º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20, 21 e 22, parágrafo único, todos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, ficando autorizado o aumento da despesa com pessoal para:
- I - concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e
 - II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.
- § 1.º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:
- I - prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
 - II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do “caput” deste artigo;
 - III - observância da legislação vigente no caso do inciso II do “caput” deste artigo; e
 - IV - estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata do inciso I do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
- § 2.º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.
- ART. 21** - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a manutenção de despesas variáveis da folha de pagamento somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por Decreto do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- ART. 22** - Todo projeto de lei, enviado pelo Executivo versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município; que não afetará as metas de resultado nominal e primário, bem como as ações de caráter social, especialmente a educação, saúde e assistência social.

- ART. 23** - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
- I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
 - II - revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público;
 - III - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;
 - IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário; e
 - V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.
- ART. 24** - Se a Lei Orçamentária não for promulgada até o último dia do exercício de 2018, fica autorizada a realização das despesas até o limite mensal de um doze avos de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

Parágrafo único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

- ART. 25** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Echaporã/SP, em 28 de abril de 2017.


LUIS GUSTAVO EVANGELISTA
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

LRF, art 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL		TOTAL	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 52m.


Ana Paula Panobianco
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 187145


Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c/PIB)	% PIB (c/RCL) x 100	% RCL x 100
Receita Total	24.500.000,00	24.500.000,00	0,000	0,110	26.000.000,00	26.000.000,00	0,000	0,110	27.600.000,00	27.600.000,00	0,000	0,110
Receita Primária (I)	24.500.000,00	24.500.000,00	0,000	0,110	26.000.000,00	26.000.000,00	0,000	0,110	27.600.000,00	27.600.000,00	0,000	0,110
Despesa Total	24.500.000,00	24.500.000,00	0,000	0,110	26.000.000,00	26.000.000,00	0,000	0,110	27.600.000,00	27.600.000,00	0,000	0,110
Despesa Primária (II)	23.233.000,00	23.233.000,00	0,000	0,104	24.800.000,00	24.800.000,00	0,000	0,105	26.500.000,00	26.500.000,00	0,000	0,106
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.267.000,00	1.267.000,00	0,000	0,005	1.200.000,00	1.200.000,00	0,000	0,005	1.100.000,00	1.100.000,00	0,000	0,004
Resultado Nominal	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)	0,000	(0,007)	(1.200.000,00)	(1.200.000,00)	0,000	(0,005)	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)	0,000	(0,004)
Dívida Pública Consolidada	2.000.000,00	2.000.000,00	0,000	0,009	1.800.000,00	1.800.000,00	0,000	0,008	1.600.000,00	1.600.000,00	0,000	0,006
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-	-	-	0,000	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 53m.

Ana Paula Panobianco
Ana Paula Panobianco
Secretaria da Fazenda - Echaporã
CNPJ 13P.107145

Luis Gustavo Evangelista
Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)			II-Metas Realizadas em 2016 (b)			Variação (II-I)	
	% PIB	% RCL		% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	21.824.323,22	0,000	0,103	21.936.346,77	0,000	0,104	112.023,55	0,51
Receita Primária (I)	21.804.013,22	0,000	0,103	21.916.036,77	0,000	0,104	112.023,55	0,51
Despesa Total	21.759.487,04	0,000	0,103	21.811.127,67	0,000	0,103	51.640,63	0,24
Despesa Primária (II)	20.553.313,26	0,000	0,097	20.604.953,89	0,000	0,098	51.640,63	0,25
Resultado Primário (III)=(I - II)	1.250.699,96	0,000	0,006	1.311.082,88	0,000	0,006	60.382,92	4,83
Resultado Nominal	374.199,97	0,000	0,002	(231.062,57)	0,000	(0,001)	(605.262,54)	-161,75
Dívida Pública Consolidada	2.345.433,47	0,000	0,011	-	0,000	-	(2.345.433,47)	-100,00
Dívida Consolidada Líquida	537.068,94	0,000	0,003	(231.062,57)	0,000	(0,001)	(768.131,51)	-143,02

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 54m.

Ana Paula Panobianchi
Ana Paula Panobianchi
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 187145

Luis Gustavo Evangelista
Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2018
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES												R\$ 1,00
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%		
Receita Total	19.906.576,76	21.824.323,22	9,63	22.334.000,00	2,34	24.500.000,00	9,70	26.000.000,00	6,12	27.600.000,00	6,15		
Receita Primária (I)	19.788.851,16	21.804.013,22	10,18	22.334.000,00	2,43	24.500.000,00	9,70	26.000.000,00	6,12	27.600.000,00	6,15		
Despesa Total	20.834.233,31	21.759.487,04	4,44	22.463.000,00	3,23	24.500.000,00	9,07	26.000.000,00	6,12	27.600.000,00	6,15		
Despesa Primária (II)	19.792.323,49	20.553.313,26	3,84	21.284.000,00	3,56	23.233.000,00	9,16	24.800.000,00	6,74	26.500.000,00	6,85		
Resultado Primário (III)=(I - II)	(3.472,33)	1.250.699,96	-36119,04	1.050.000,00	-16,05	1.267.000,00	20,67	1.200.000,00	-5,29	1.100.000,00	-8,33		
Resultado Nominal	1.156.173,95	374.199,97	-67,63	(1.936.393,55)	-617,48	(1.500.000,00)	-22,54	(1.200.000,00)	-20,00	(1.000.000,00)	-16,67		
Dívida Pública Consolidada	1.387.009,55	2.345.433,47	69,10	2.444.792,33	4,24	2.000.000,00	-18,19	1.800.000,00	-10,00	1.600.000,00	-11,11		
Dívida Consolidada Líquida	(31.377,27)	537.068,94	-1811,65	(575.693,99)	-207,19	-	0,00	-	0,00	-	0,00		

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	19.906.576,76	21.824.323,22	9,63	22.334.000,00	2,34	24.500.000,00	9,70	26.000.000,00	6,12	27.600.000,00	6,15	
Receita Primária (I)	19.788.851,16	21.804.013,22	10,18	22.334.000,00	2,43	24.500.000,00	9,70	26.000.000,00	6,12	27.600.000,00	6,15	
Despesa Total	20.834.233,31	21.759.487,04	4,44	22.463.000,00	3,23	24.500.000,00	9,07	26.000.000,00	6,12	27.600.000,00	6,15	
Despesa Primária (II)	19.792.323,49	20.553.313,26	3,84	21.284.000,00	3,56	23.233.000,00	9,16	24.800.000,00	6,74	26.500.000,00	6,85	
Resultado Primário (III)=(I - II)	(3.472,33)	1.250.699,96	-36119,04	1.050.000,00	-16,05	1.267.000,00	20,67	1.200.000,00	-5,29	1.100.000,00	-8,33	
Resultado Nominal	1.156.173,95	374.199,97	-67,63	(1.936.393,55)	-617,48	(1.500.000,00)	-22,54	(1.200.000,00)	-20,00	(1.000.000,00)	-16,67	
Dívida Pública Consolidada	1.387.009,55	2.345.433,47	69,10	2.444.792,33	4,24	2.000.000,00	-18,19	1.800.000,00	-10,00	1.600.000,00	-11,11	
Dívida Consolidada Líquida	(31.377,27)	537.068,94	-1811,65	(575.693,99)	-207,19	-	0,00	-	0,00	-	0,00	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 54m.

Ana Paula Panobianco
Secretaria da Fazenda - Echaporã
CNPJ: 07.107.145

Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	14.578.475,46	100,00	14.441.283,27	100,00	13.665.707,64	100,00
TOTAL	14.578.475,46	100,00	14.441.283,27	100,00	13.665.707,64	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 55m.


Ana Paula Pardo
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 187146


Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	20.310,00	117.725,60	5.785,00
Alienação de Bens Móveis	20.310,00	117.725,60	5.785,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	5.785,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	5.785,00
Investimentos	-	-	5.785,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2016 (g)={{(Ia-IId)+IIIh}}	2015 (h)={{(Ib-Ile)+ IIIi}}	2014 (i)={{(Ic-IIf)}}
VALOR (III)	138.035,60	117.725,60	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 55m.


Ana Paula Parreira
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 187145


Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2018

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 56m.


Ana Paula Panobianco
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 187145


Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal


Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 56m.


Ana Paula Panobianco
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 187145


Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2018	2019	
TOTAL					R\$ 1,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 56m.

M. Pauliano
Ana Paula Pauliano
Secretaria da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP-197145

Luis Gustavo Eyangelista
Luis Gustavo Eyangelista
Prefeito Municipal

Município de Echaporã - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2018

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento , PODER EXECUTIVO, 27/Abr/2017, 16h e 57m.


Ana Paula Panobianco
Secretária da Fazenda - Echaporã
CRC 1SP 137145


Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal